

Oficina 2: Formação e Aperfeiçoamento
Coordenador: Leoberto Brancher
Pergunta orientadora: O que precisamos viabilizar em termos de formações em Justiça Restaurativa para desenvolver adequadamente nossa política de Justiça Restaurativa?

1 - Por parte do CNJ? (Laranja)	
Marília Miranda de Almeida/ TJMG - Escola Judicial Desembargador Efesio Fernandes - EJEJF	Oferecer conteúdo mínimo e carga horária estimada para os cursos presenciais e a distância, elaboradas em conjunto com a EFAM para que as Escolas tenham apenas em referencial à seguir. Oferecer para as Escolas os conteúdos teóricos e sugestões de atividades práticas (métodos ativos) com o objetivo de apoiar as Escolas que ainda não tenham percurso formativo de JR.
Ana Teresa P. Luz	Estimular Gestões - normatização para definir e proporcionar a sensibilização dos agentes (gestores, servidores, pede apoio) para engajarem no trabalho.
Ana Patricia Campos/Escola Judicial - Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	Promover ampla articulação com os Tribunais de modo a sensibilizar e conscientizar juízes e servidores sobre a Justiça Restaurativa. Disponibilizar curso* em EAD para compartilhamento. *O módulo teórico
Marcelo Pizolatti/ TJSC	Sensibilize os Tribunais para que efetivamente implementem práticas de Justiça Restaurativa, inclusive para que não se defenda de vontade política de Administração em curso.
Saulo Fabianno Liz - Coordenador da EJND - PE/TJPE	Programa de sensibilização. Maior divulgação da política nacional do JR/campanha.
Júlio Cesar R. de Melo/TJDFT	Gestão perante os juízes criminais para a sensibilização acerca da política de JR.
Jacyra Laranjeiro	Cobrar dos Tribunais capacitação de facilitadores, nas diversas metodologias, para a justiça Restaurativa e em Resolução. Estimular e cobrar dos Tribunais a possibilidade de contratação de formadores (professores) para ministrarem os cursos - para capacitar INCLUSIVE pessoas da comunidade - não somente do quadro - (com artigo em destaque). Capacitação de sensibilização de Magistrados por parte dos Tribunais - Estimular Tribunais.
Desembargador Leoberto/TJRS	Que os programas formativos propostos pelo CNJ e ENFAM não sejam normativas, mas sejam orientativas.
Andrea Svicero/ TJSP	Agilizar a elaboração da proposta pedagógica mínima, com a participação de especialistas e das Escolas Judiciais (ENFAM). Fomentar/enfatizar a participação dos parceiros externos aos quadros dos TJ's. Oferecer eventos/espços de troca entre os TJ's formadores visando alinhamento dos programas.

Mary Biancamano/CJUD - TJRS	Política Nacional de JR Definição/estimulo/reconhecimento dos papéis de cada ente/instituição: internos/externos. Formação: competências do facilitado.
Rodrigo Dias/TJPR	Estimular aos Tribunais a programação anual de cursos, fazendo dotação orçamentária suficiente. Inserir, na Res. 225, além da possibilidade de formação de facilitadores externos, a de contratação de formadores externos ao próprio tribunal para formação, aperfeiçoamento, eventos. Estabelecer patâmetros mínimos de programa pedagógico, com possibilidades de adaptação às realizações locais.
Bruno Arrais de Mendonça - Assessor de Magistrado - Quarta Vara da infância e juventude da Capital/TKJPE	Inclusão do tema da Justiça Restaurativa nas capacitações iniciais de servidores e magistrados. A apropriação dos membros (Desembargadores, Juízes) e também de servidores do campo de Justiça Restaurativa é fundamental que o CNJ tenha um papel fundamental para sensibilizar esses atores (mobilização).
José Ribamar Mendes Junior/TJTO	Permitir que os atores da Justiça reticulada sejam capacitados pelos Tribunais locais.
Decildo F. Lopes/TJGO	Estimular! Não apenas possibilitar a formação de colaboradores externos. Reconhecer que a sensibilização ainda é muito necessário! Deve, portanto, determinar que os TJ's desenvolvam planos/projetos de sensibilização de juizes e servidores. Deixar clara a possibilidade de remuneração de facilitadores. (Lançar uma semente)
2 - Por parte do meu Tribunal? (Verde)	
Ana Patricia Campos/Escola Judicial - Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	Fomentar palestras/workshops/encontros no âmbito institucional para sensibilizar sobre a JR. Inclusão de JR no planejamento estratégico.
Rodrigo Dias/TJPR	Planejamento estratégico anual, com respectiva detração orçamentária.
Mary Biancamano/CJUD - TJRS	Estrutura de rec. Humano a técnicas e infraestrutura.
Ana Teresa Pereira Luz/TJMT	Recursos próprios para o Núcleo gestor (p. orçamentário); Servidores com dedicação exclusiva para Núcleo; Formação de instrutores em diferentes práticas restaurativas. Cursos para desenvolvimento do ser humano para instrutores de JR.

Bruno Arrais de Mendonça - Assesor de Magistrado - Quarta Vara da infância e juventude da Capital/TKJPE	Promoção regular de formação de Justiça restaurativas/facilitadores; Formação de formadores; Inclusão da JR no planejamento estratégico com previsão de orçamento.
Desembargador Leoberto/TJRS	Incentive servidores a capacitarem e atuarem como multiplicadores, porporcionando o mesmo pessoal, especialmente carga horária para dedicação à docência.
Júlio Cesar R. de Melo/TJDFT	Sensibilidade da autoridade que detêm o poder para liberar servidos, recursos e espaço em relação à importância da implementação, consolidação e expansão da JR.
Marília Miranda de Almeida/ TJMG - Escola Judicial Desembargador Efesio Fernandes - EJEJF	Incluiu o tema da JR nos cursos de formação inicial e continuada que acordam as questões da convivência e promoção/relações humanas da paz social.
Juiz Józse Ribamar Mendes Júnior/TJTO	Além de capacitar magistrados e servidores, capacitar os demais setores de Justiça Restaurativa.
Andrea Svicero/ TJSP	A exemplo do que foi adotado para o curso de Iniciação de Técnicos, seja incluído um módulo sobre JR na formação inicial de magistrados e servidores. Implantar o estágio. Formação de formadores.
Decildo F. Lopes/TJGO	Identificar boas práticas em JR. E, por meio de grupo criado especialmente para esse fim, em parceria com as escolas Judiciais, viabilize que a iniciativa seja replicada e aprimorada.
Saulo Fabianno	Forma multidisciplinar. Maior sensibilização dos servidores e magestrados para a importância do JR (para que essas pessoas possam ser multiplicadores, difundir nas suas comarcas, com a (...) importância.
Jacyra Laranjeiro	Tribunal Trabalhador em conjunto com a ENFAM capacitações para sensibilização dos magistrados com oficinas/workshops e cursos. Facilitação/crescimento dos planos de curso pelo ENFAM para estimular a participação dos magistrados nos cursos para a Justiça Restaurativa.
Marcelo Pizolati/TJSC	Sensibilizar os magistrados da utilização da justiça restaurativa, formatando projetos e práticas. TJ propôs ações voltadas as comprimento das Rs. 225, CNJ. Mantem a formação inicial.
3 - Por parte de parceiros externos (MP, Defensoria, OAB, Políticas de Segurança, de	

Ana Teresa Pereira Luz/TJMT	<p>Termo de parcerias para realização de curso e espaços de trabalho para realização estágio.</p> <p>Formação dos agentes da Rede M posterior aplicação das práticas.</p> <p>Divulgação dos trabalhos da JR a rede e parceiros externos.</p>
Jacyra Laranjeira	<p>Criação de núcleos de Prática - específicas em Universidades voltados para a Justiça Restaurativa.</p> <p>Criação de comissão as entidades: MP/OAB (núcleo) para sensibilização da prática restaurativa.</p>
Marcelo Pizolati	<p>Atuar a interlocução com Universidades e instituições de ensino, implementando parceiros em materia de JR.</p>
	<p>Criar parcerias para formação;</p> <p>Criar normas para possibilitar a capacitação e atuação da Justiça Restaurativa.</p> <p>Sistematizar os resultados dos Tribunais na Justiça Restaurativa.</p>
Marília Miranda de Almeida/TJMG - EJEJ	<p>Por parte de parceiros externos:</p> <p>Cuidar da gestão do conhecimento adquirindo/advindo com as (gerenciar a/sistematizar a) produção de conhecimento práticas da JR, publicando resultados alcançados: impactados para a sociedade de casos pacificados por meio da JR.</p>
Saulo Fabianno	<p>Analisar eventos/cursos/reuniões para divulgar a preservar boas práticas da JR, para conscientizar da importância para que todos possam se engajar com a JR.</p>
	<p>Envolvimento dos parceiros na atividades de formação/capacitação através de convênios para alinhamento de agendas e desenvolvimento de uma política pública comum.</p> <p>Que as universidades aproximem-se das práticas e processos formativos para aperfeiçoá-los.</p>
Mary Biancamano/CJUD - TJRS	<p>Integração (sede) com objetivos de planos (a) alinhados: conceitual e metodologia e divulgação/ sensibilização do JR.</p>
Decildo F. Lopes/TJGO	<p>Inserir nas formações das escolas judicias (TJ's) disciplinas e/ou métodos lógicos que capacitem o P.J. (especialmente juizes) a construir um diálogo cada vez mais eficiente (resultaos práticos) com demais instituições e sociedade em geral.</p>
Júlio Cesar R. de Melo/TJDFT	<p>Normativo que vincula em diferentes instâncias do poder público (Judiciário, MP e Restaurativo) e comunidade.</p>
	<p>Maior aproximação com as Universidades, não apenas na introdução da JR nestes espaços, mas visando uma contribuição da Academia para a reflexão/avaliação/pesquisa dos trabalhos.</p> <p>Maior articulação as Escolas (Executivo - Secretários, DP, MP, etc.) para ampliar e alinhar a formação.</p>
Juiz José Ribamar Mendes Júnior/TJTO	<p>Estimular as chefias das demais Instituições integrantes do Sistema de Justiça a solicitarem vagas nos cursos de capacitação de servidores e magistrados oferecidos pelas Escolas de Magistrados aos Tribunais.</p>

Rodrigo Dias/TJPR	<p>Pelos Parceiros.</p> <p>Elaborar com a expansão da JR, integrando as capacitações dos JR's, observando os critérios mínimos estabelecidos.</p>
4 - O que já termos construído, em termos de institucionalização da JR no nosso Tribunal,	
	Aprendizados sobre formação continuada, incluindo parceiros externos e acompanhamento das ações utilizando os recursos já existentes na instituição.
Juiz José Ribamar Mendes Junior/TJTO	A escola da magistratura do TJTO já ofereceu cursos regulares de Justiça Restaurativa a Magistrados e Servidores. Teríamos como oferecer o plano de cursos as Escolas Nacionais ENFAM e E.N.M.
	Resolução que Institui o Regulamento, a formação de facilitadores em Justiça Restaurativa e construção da paz. Regulamento uma Comissão de implementação, difusão e execução da Justiça Restaurativa. Realização de capacitação (Módulo Teórico) para facilitadores de JR através da Escola Judicial direcionada aos servidores, magistrados e redes.
Ana Teresa Pereira Luz/TJMT	<p>Temos Nucleo gestor - NUGIUR</p> <p>Formamos 13 turmas de facilitador - O paz com alguns juizes nelas. Sensibilizamos 50 Juizes dos Cejusc.</p> <p>Cursos - contemplam membros da sede CRAS, CREAS, Educacf, PM, aposentados, membro de igreja.</p> <p>Recursos divididos com o Nupemec.</p> <p>Trabalho em conjunto com a Sec. Educacional e projetos sociais da prefeitura (Projeto Siminira).</p> <p>Dentro do Poder Judic.</p> <p>Sistema Prisional</p> <p>Sistema Socio educativo</p> <p>Juízes formados em O paz.</p>
Marcelo Pizolati/TJSC	<p>Resolução regulamentando a PR no ambito de TJ, visando a dimensão da cultura de JR, formação de gestores a facilitadores, com a implatação e expansão, do JR. Formação de Comitê de Gestão.</p> <p>JR faz parte da formação inicial dos magistrados.</p> <p>AJ está reduzindo custos.</p>
Saulo Fabianno	<p>Realizamos cursos regulares de aperfeiçoamento aos servidores e magistrados com o foco na JR.</p> <p>Encontra-se no curso de formação Nacinal a disciplina de JR.</p>
Júlio Cesar R. de Melo/TJDFT	Núcleo próprio de JR.
Dencildo F. Lopes/TJGO	<p>J.R. em escolas;</p> <p>J.R. no sistema prisional.</p>
Jacyra Laranjeiro	<p>Núcleos de capacitação para Justiça Restaurativa fora (parte prática) e dentro (parte teorica) da Escola Judicial.</p> <p>Núcleo de Justiça Restaurativo do 2º Grau.</p> <p>2016/2019- 40 cursos voltados para a Justiça Restaurativa. Realização de cursos regulares.</p> <p>Alguns Cejuscs já trabalham com o JR.</p>

<p>Bruno Arrais de Mendonça - Assessor de Magistrado - Quarta Vara da infância e juventude da capital/TJPE</p>	<p>Construímos fluxos, processos, instrumentais dinâmicos de formação/capitação que desejamos compartilhar para além da infância e juventude, no âmbito do TJPE, e igualmente, gostaríamos de compartilhar para outros Tribunais, instituições. Publicações, oficinais, eventos de boas práticas em JR. *JR mas varas do torcedor.</p>
<p>Rodrigo Dias/TJPR</p>	<p>Regimento com regulação de cursos, com critérios para abertura e realização. Para cursos pedagógicos no modelo ENFAM.</p>
<p>Des. Leoberto/TJRS</p>	<p>Desenvolvimento de oficinas independentes de ensino e pesquisa em JR, integrar ao campo de páticas judiciais e à sua expansão comunitária.</p>
<p>Marília Miranda de Almeida/TJMG - EJEJ</p>	<p>As ações educacionais sobre JR são contidas no planejamento estratégico, para dar cumprimento ao macro desafio - Adoção de Soluções Alternativas para os conflitos e são previstas no planejamento orçamentário.</p>